Acervo ISA

JORNAL | A CRITICA MANAUS-AM | 16 MAR 1994

G3P00711 711

CIDADE

AMAZÔNIA BRASILEIRA

Coiab diz que missionários são inimigos dos indígenas

A briga entre missionários, mineradoras e militares no Brasil, no momento da Revisão Constitucional, é só fachada para confundir a opinião pública, segundo o articulador político da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o tikuna Manoel Fernandes Moura, ao abordar ontem a situação dos povos indígenas da Amazônia Brasileria, no Seminário sobre Direitos Humanos, Sociais e Políticos dos Povos Indígenas, que está sendo realizado em Manaus pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

Para Manoel Moura são todos aliados que usam de várias formas para tirar proveito próprios. Segundo o tikuna, os missionários são um deles, que com o discurso de levar a palavra de Jesus Cristo invadem as comunidades indígenas para passar as suas ideologias e fazer o "trabalho" para as multinacionais. "São uns disfarçados que dando sabonete, camisa, tentam passar a imagem de pessoas boas que querem ajudar os índios. Mas são os nossos maiores inimigos", diz o membro da Coiab.

Antônio Menezes

Moura: eles trabalham para as multinacionais

Outro segmento que Manoel Moura não poupou críticas foi quanto aos militares. "Nós temos uma classe chamada 'militar' que manda no Brasil". Segundo eles, os militare ressurgem como uma antiga corrente ideológica que objetiva a revitalização do controle e ocupação das fronteiras e cita o projeto Calha Norte, que visa a redução de áreas indígenas e a criação de colônias indígenas. Um exemplo revelador, diz ele, é no Alto Rio Negro com a contrução de quartéis militares, oito aeroportos e duas miniusinas hidrelétricas em territórios indígenas trazendo grande conseqüências para a população.

Ele disse que o projeto Calha Norte — criado com a justificativa de soberania nacional, de coibir influências do narcotráfico — deixou um pesado ônus para os povos indígenas da Amazônia brasileira que se traduziu por multiplas interfrências na cultura tradicional de muitos povos, favoreceu divisões nas aldeias e criou novas dependências econômicas, fragilizando o equilíbrio e a organização social das comunidades.

Índios são assassinados na fronteira

O membro da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Manoel Moura, também denunciou durante o Seminário Tailler sobre Direitos Humanos, Políticos e Sociais dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica, que está havendo uma matança "silenciosa" dos povos indígenas, principalmente dos povos isolados das faixas de fronteiras, como no Vale do Javali, Alto Solimões, onde madeireiros e pescadores matam índios como se fossem animais. "É uma matança programada. Um por um para não dar na vista," diz o líder tikuna.

Ele revela que de acordo com um levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pelo menos 42 índios já foram assinados em 1993, quase o dobro do ano passado, quando foram registrados 24 casos. "Essa matança tem que ser punida. Não podem ficar como o massacre de 15 índios tikunas da aldeia Capacete, na região do Solimões, cujos culpados não foram julgados".

Os dados do Cimi revelam que dos 42 assassinatos, 16 ocorreram entre os ianomâmis, mortos por garimpeiros. A invasão de terra foram a causa do assassinato de 26 índios, mostrando que não interessa apenas a demarcação de terras, que ainda não ocorreu na maioria das áreas em todo o Brasil, mas também a garantia de que estarão livres de qualquer tipo e invasão.

Militares adiam demarcação das terras

O Coordenador de Direitos Humanos da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, Orlandino Melgueiros, criticou o processo de demarcação de terras no Brasil. Segundo ele, militares que integram o grupo de trabalho interministerial estão protelando o precesso de demarcação.

Malgueiros disse que esse processo de "regressão" iniciou quando o ex-presidente Collor de Mello assumiu a Presidencia da República e infiltrou, na Comissão Interministerial — responsável de fazer estudos das áreas indicadas setores militares. "Eles não tem interesse na demarcação das nossas terras e quanto mais puderem dificultar esse trabalho eles vão fazer", salientou.

Ele ressaltou que a demarcação de terras dos ianomâmis só foi efetivada por força de lobby nacional e também internacional, devido a ECO 92. "Embora não concordando com alguns pontos da Convenção, ela teve uma forte influência com relação a demarcação de terras no Brasil" disse ele afirmando, entretanto, que de lá para cá as demarcações não avançaram quase nada por parte do governo. "Foram reconhecidas apenas algumas que já haviam sido demarcadas há 20 e 30 anos, que foram as terras indígenas do sul do Brasil".

Porém, no resto do País, os índios tiveram que buscar recursos próprios para demarcar algumas terras, já que o discurso do governo era de que não havia recursos. A última demarcação, segundo Orlandino Melgueiros, foi feita na área dos tikunas, no Alto Solimões, com os índios se mobilizando para conseguir recursos vindos do estrangeiros. "No momento em que o índios conseguiram verba o governo entrou com uma pequena parcela para que não saísse a idéia de que os órgãos internacionais estavam demarcando as áreas indígenas brasileiras", explicou o índio afirmando que até agora só foram demarcadas, na Amazônia, 30% das terras indígeans. Ele lembrou que somente no rio Negro existem cerca de 800 comunidades esperando pela demarcação de suas terras.